

A situação da literatura na etapa colonial portuguesa: Legados históricos e culturais

Flávia Arruda Rodrigues¹

RESUMO: O objetivo será analisar os romances *O velo d'ouro* e *Pedra do Feitiço: Reportagens africanas escritas e vividas por Ferreira da Costa*, de Henrique Galvão e Artur Ferreira da Costa, e evidenciar estratégias de dominação do Estado Novo português durante o período colonial, na África, pela via do uso do idioma. Essas obras foram selecionadas no Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias (AGC), promovido entre 1926 e 1951, tendo sido *O velo d'ouro* premiado em 1931 e *Pedra do Feitiço*, em 1945.

Palavras-chave: Literatura colonial portuguesa; África; dominação.

A escrita deste texto coincide com a exposição de minhas primeiras formulações a respeito do que foi e do que representou, em termos de dominação, a realização das várias edições do Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias (AGC), promovido pelo Estado Novo português, principalmente entre 1926 e 1951 (prêmios também foram entregues entre 1954 e 1969, mas, devido à transformação das colônias em províncias ultramarinas pela revogação do Ato Colonial, passou-se a justificar as outorgas com nomes de patronos, entre eles Camilo Pessanha e Fernão Mendes Pinto). De início, é preciso salientar que esta pesquisa, feita com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e que resultará, em tempo hábil, numa dissertação de mestrado a ser defendida na PUC-Rio, não se alicerça na qualidade literária de seu objeto de pesquisa. Apesar da pouca bibliografia teórica que aborda o tema e mesmo da dificuldade de se encontrar obras tão antigas em sebos e editoras, é possível, como ponto de partida, estabelecer um consenso entre o pensamento de estudiosos como Margarida Calafate Ribeiro, Francisco Noa e Russel G. Hamilton: os romances, reportagens e tratados sociológicos, geográficos e antropológicos que, premiados nas diferentes categorias do concurso salazarista, produziam conhecimento necessário ao prolongamento do império, não têm méritos na elaboração literária ou na pluralidade de sentidos que seus leitores possam vir a encontrar, mas sim na oportunidade que abrem para a evidenciação de estratégias de estabelecimento de hierarquias, postas em prática no período de dominação colonial do Estado Novo – estratégias que

¹ Mestrado em Letras/Estudos de Literatura Portuguesa, PUC-Rio

propunham o compartilhamento de um pensamento oficial único na sociedade metropolitana, onde, afinal, residia a opinião pública e o apoio político portugueses, também servindo de paradigma estatal para os colonizadores e colonizados dos territórios de Além-Mar. Convém assinalar que os participantes de tais concursos eram, principalmente, oficiais do exército lusitano, funcionários da administração colonial e profissionais como jornalistas e historiadores portugueses, filosoficamente alinhados com o governo totalitário da época. As poucas autoras escolhidas pelo concurso eram, via de regra, esposas destes simpatizantes e/ou legitimadores do Estado Novo. Francisco Noa ressalta que “devido tanto ao carácter impositivo destes critérios, como a outros factores inerentes à própria qualidade das obras e a sensibilidade estética dos universos metropolitanos de recepção, os prémios de literatura colonial acabaram por ser objeto de polémica e contestação”. (NOA, 2006, p.389)

Também conforme assinala Russel G. Hamilton,

As novelas coloniais, de autores sobretudo brancos não-angolanos, abundavam nas revelações exóticas do “continente africano” e dos seus habitantes “selvagens”, como para darem credenciais à percepção colectiva que a Europa tinha da África. Muitos destes escritores coloniais eram militares ou administradores portugueses que viveram sua própria experiência no interior de Angola e pouco mais fizeram que produzir, nas suas novelas geralmente desprovidas de valor artístico e sempre culturalmente orientadas, documentários etnológicos de amadores a procurar os próprios retratos filosófico-psicológicos. (HAMILTON, 1980, p.163-164).

Margarida Calafate Ribeiro, ao comentar o Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias, em sua obra *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*, comenta que essa produção chancelada pelo Estado português, constituída por autores interessados no valor econômico das premiações, passava ao largo do imaginário literário da metrópole. E que esta, por sua vez, não se interessava pelos temas africanos.

Se entendermos um corpus de obras de imaginação, focalizando experiências e percepções do mundo colonial, imbuídas de um ponto de vista imperialista e colonialista, há que se reconhecer, com alguma estranheza, que em Portugal esta literatura constitui um aspecto marginal do imaginário literário. Se, por outro lado, pensarmos na literatura metropolitana, poucas referências encontramos à África. (...) África parecia assim um tema consignado aos “escritores coloniais”, que o tempo e as circunstâncias, após os anos 50, viriam a transformar em “ultramarinos”, a que se ligavam nomes sem contrapeso no mundo literário contemporâneo. (RIBEIRO, 2004, p.137).

É importante frisar esse argumento de Margarida Calafate Ribeiro com uma constatação: se por um lado fazemos essas considerações com um olhar dirigido ao passado a partir do século XXI, apoiado no pensamento de teóricos que problematizam o colonialismo e a situação pós-colonial, como Frantz Fanon, Stuart Hall, Kwame Anthony Appiah e Étienne

Balibar, por exemplo, identificando continuidades histórico-culturais, é de fato surpreendente perceber que o que reconhecemos hoje como violência praticada pelos colonizadores – aqui, em especial os portugueses – não era considerado um problema nas sociedades portuguesas das décadas de 1930 a 1950 – nem mesmo, como poderíamos vir a pensar, para as esquerdas portuguesas, que enfrentavam duras perseguições, censuras e violações de direitos promovidas pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) na luta contra a assim chamada “política de espírito” obscurantista de António Ferro, então chefe da propaganda estatal e mentor das diretrizes culturais. Uma ilustração dessa peculiaridade pode ser dada a partir da análise atenta do manifesto “À nação”, distribuído pelo general português oposicionista Norton de Matos a 9 de julho de 1948, quando do anúncio de sua candidatura à presidência da República, em oposição ao *status quo* representado por António de Oliveira Salazar, que era presidente do conselho de ministros (Norton de Matos desistiu da campanha na véspera das eleições e o general António Óscar de Fragoso Carmona foi, assim, reeleito). Afora a afirmação do respeito aos direitos “à vida e à existência sã, à liberdade pessoal, ao trabalho (com o dever correlativo), à residência e à inviolabilidade do domicílio, ao sigilo de correspondência” (MATOS, 2009), entre outros, a plataforma do general oposicionista se apoiava quase inteiramente em sua experiência como administrador colonial. Mais do que isso, defendia a importância dos territórios conquistados como fonte de recursos e mão-de-obra importantes para a economia portuguesa, como no seguinte trecho:

Hoje, mais do que nunca quer Portugal marcar o lugar a que tem direito no mundo, engrandecer-se e prestigiar-se, manter ciosamente as suas independência e soberania fundamentais e cooperar internacionalmente para a consolidação da paz universal, servindo-se para tanto do seu espírito empreendedor, do seu gênio colonizador e da sua bondade natural que só injustiças e violências podem alterar. (MATOS, 2009)

Dessa forma, podemos nos concentrar em algumas estratégias que perpassam os livros premiados pelo Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colónias (AGC). Para tanto, detenhamo-nos por ora em dois: *O velo d’ouro (novela colonial)*, de Henrique Galvão, premiado em 1931, e *Pedra do Feitiço – Reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*, do autor homônimo Artur Ferreira da Costa, título escolhido em 1945. Em ambas as obras, nota-se o uso da língua portuguesa, como é sabido, a do colonizador – como ferramenta de diferenciação (e por consequência, de rebaixamento e controle) em relação às populações locais dominadas. Parece-nos um mecanismo bastante parecido como o que Frantz Fanon denominou *petit-nègre* (FANON, 2008, p. 45), e que Russel G. Hamilton adaptou para “variantes de crioulo faladas por africanos semiassimilados (que) vieram a ser

conhecidas como *pequeno português* ou, de modo mais pejorativo, *pretoguês*” (HAMILTON, 1980, p.154).

Em *Pedra do Feitiço*, essas representações da fala do negro caracterizam-se não apenas pela reprodução, logicamente a partir do que seria audição do colonizador lusitano, porém, mais perversamente (na nossa visão pós-colonial, reitero), pelo grafar incorreto da norma culta da língua portuguesa de então. De forma a explicar melhor, reproduzo dois excertos de *Pedra do Feitiço*. O primeiro passa-se no momento em que lavadeiras e meninos segredam o que foram, no livro, nominados “dichotes trocistas” na “metafórica língua mussoronga” (COSTA, 1945, p.99), expressões que já nos oferecem indícios do julgamento que o colonizador faz da língua nativa de sua alteridade. O segundo é um depoimento de Anica, uma jovem negra que, no romance, cuida zelosamente, literalmente na saúde e na doença, de José Queiroz, protagonista de uma das assim chamadas reportagens do autor. A narrativa, uma das quatro que compõem a obra, gira em torno da inviabilidade conjugal desse amor, uma vez que Queiroz é português, branco, e, apesar de ser, na prática, casado com Anica, decide que precisa de uma esposa branca como ele.

-- Num está bem... Num está bem... Tôdo genti fala fala... Tôdo genti tá mêmú rir dos blanco... Mamãí do patlão Quêró fica mêmú sim nada e vai dormi todus dia todus noite com cozinêru Gidja... Tôdo gênti fala fala... Num está bem... (COSTA, 1945, p.100).

-- Sô Raú, eu gosta munto sô Quêró... Us muié trata dos hómi... Faz seus coisa... Sô Quêró é mê hómi. Us coração preto us coração branco todos é tudo íngué... Todos... (COSTA, 1945, p.171).

Ou seja, é sintomático que “mesmo” esteja grafado “mêmu”, no lugar, por exemplo, de “mesmu”. Ou que “muié” queira dizer algo que, aos ouvidos portugueses, soasse “mulhé”. Da mesma forma que “íngué” ou “mé hómi” significam um rebaixamento explícito da condição de falante da língua portuguesa. Por mais que o autor quisesse (com o benefício da dúvida da isenção, que fosse) reproduzir a fala do negro tal qual ele a ouvia, acreditamos que não faria sentido interferir a esse ponto na grafia do idioma – se não fosse pela intenção de deixar flagrante a impossibilidade de o colonizado se igualar a ele pela fala. E então retornamos a Frantz Fanon, em sua definição de *petit-nègre*:

Falar *petit-nègre* a um preto é afligi-lo, pois ele fica estigmatizado como “aquele que fala *petit-nègre*”. Entretanto, pode-se argumentar que não há intenção nem desejo de afligi-lo. Concordamos, mas é justamente essa ausência de intenção, esta desvoltura, esta descontração, esta facilidade em enquadrá-lo, em aprisioná-lo, em primitivizá-lo, que é humilhante. (...) aquele que se dirige em *petit-nègre* a um homem de cor ou a um árabe

não reconhece no próprio comportamento uma tara, um vício, é que nunca parou pra pensar (FANON, 2008, p.45)

Em *O velo d'oiro* encontramos exemplo semelhante, ainda que o romance tenha como característica mais visível, conforme afirma Margarida Calafate Ribeiro em sua análise da obra, o aspecto moralizante e ideológico “dado no plano a nível narratológico, pela evolução do herói que se transforma num exemplo do colono do Estado Novo e, no plano textual, num discurso disseminado pelo texto e integrado na narrativa sob a forma de comentários (...)”. (RIBEIRO, 2004, p.139). Estendendo a análise, poderíamos dizer que a construção discursiva dessa postura eurocêntrica se impõe, ainda, diante da pronúncia de palavras nos idiomas nativos.

Se não fora a nota bizarra que davam os pretos cruzando frequentemente a estrada ou espreitando curiosamente por entre o capim, eu não poderia conceber que pertencesse à África aquela paisagem abençoada, onde sangravam telhados vermelhos do Minho e pastavam rebanhos suaves da Beira – tão diferente, tão diferente, eu tinha imaginado a África através das minhas fantasias. (GALVÃO, 1931, p.30)

Preguntou se êle era inglês, mas os pretos responderam:

-- É um branco.

Trata-se, por consequencia dum português. Para os indígenas, o branco é só o português. Os outros são o *ingrez* e o *aremão*. (GALVÃO, 1931, p.112)

O mucancala continuava a olhar-nos com ódio e pavor, de dentro dos seus olhos encovados de bicho; as poucas palavras que conseguimos arrancar-lhe – e essas por diligência do Mandobe que chegou a engatinhar diante dele para se fazer entender – eram numa língua tão inacessível aos ouvidos humanos como os sons vocais dos animais do mato. Um idioma áspero e gutural, com as palavras separadas ou intermiadas por estalidos da língua e cujos sons originais se formavam tanto nas cordas vocais como nos beiços e na própria língua. (GALVÃO, 1931, p.186)

A partir de considerações como essas, a pesquisa se voltará, entre outros pontos, para o estudo de aspectos do cânone nacional desses países (melhor dizendo, do que hoje reconhecemos como países, uma vez que as fronteiras foram geograficamente delimitadas pelos colonizadores, sendo também invenção dos impérios), no sentido de fazer uma análise de uma possível incorporação das obras como essas (ou de suas influências) na constituição dos arcabouços literários nacionais, a partir de diferentes visões dos críticos locais.

Da mesma forma, o trabalho procurará compreender como se deu, qualitativa e quantitativamente a leitura desses textos, na metrópole e nas colônias. É instigante perceber, por exemplo, o volume de vendas desses títulos: na orelha da 7ª edição de *Pedra do feitiço*, por exemplo, há uma pequena peça publicitária divulgando o livro, comemorando, assim, “o maior êxito livreiro dos últimos tempos: 6.000 exemplares vendidos em 25 dias”. Além disso, lê-se que, só de Artur Ferreira da Costa, a Editora Educação Nacional lançara outras duas

obras: *Na pista do marfim e da morte* (também vencedora do Concurso de Literatura Colonial da AGC no ano anterior), lançada em 1944 e já com sete edições esgotadas e *Cinco noites de tormenta*, de 1945, com duas.

Francisco Noa, por sua vez, ao comentar o prefácio de Eduardo Paixão à segunda edição de Cacimbo, de 1974, destaca as palavras do autor: “Escrevo para o povo e o povo me compreendeu esgotando edições sucessivas. Não devo o relativo êxito alcançado a favores da crítica” (NOA, 2006, p.376). Igualmente curiosa (ao menos, ao nosso olhar contemporâneo) e não menos significativa para o entendimento das relações coloniais entre centro e periferia, é a dedicatória escrita a bico de pena por um comprador chamado Luiz, talvez funcionário da administração portuguesa, ou filho de algum, que presenteou sua amada Tiquinha com um livro como *Pedra do Feitiço* e que nos deixa, assim, uma outra pista a seguir:

Para Tiquinha querida, como prova que nunca esqueço o dia 21, que foi para mim tão feliz que ao recordá-lo me sinto feliz de novo, e sempre radiante pela melhor decisão da nossa vida!!!
Com todo o amor do sempre e todo seu,

Luiz

ABSTRACT: The aim is to reach an analysis of *O velo d'oiro* and *Pedra do Feitiço: Reportagens africanas escritas e vividas por Ferreira da Costa* novels, and highlight domination strategies used by dictatorial portuguese regime during the colonial period in Africa, through the use of the language. These titles were selected in the Colonial Literature Contest, held by the General Agency of Colonies (AGC) from 1926 to 1951, having *O velo d'oiro* been awarded first place in 1931, as well as *Pedra do Feitiço* in 1945.

Keywords:Portuguese colonial literature; Africa; domination.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

APPIAH, Kwame Anthony. Pendendo para o nativismo. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALIBAR, Étienne. “A forma nação: história e ideologia”. In: _____ ; WALLERSTEIN, Immanuel. *Race, nation, class: ambiguous identities*. London & New York: Verso, 1991.

COSTA, Artur Ferreira da. *Pedra do Feitiço: reportagens africanas vividas e escritas por Ferreira da Costa*. 7ª ed. Porto: Edição Livraria Educação Nacional, 1945.

FANON, Franz. O negro e a linguagem. In: *Pele negra máscaras brancas*. (Trad. Renato da Silveira). Salvador: EDUFBA, 2008.

GALVÃO, Henrique. *O velo d'oiro (novela colonial)*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 1931.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial: In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais* (org. Liv Sovik). Belo Horizonte: Ed UFMG, 2003.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte e Brasília: Editora UFMG e Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HAMILTON, Russel G.. Preto no branco, branco no preto – Contradições linguísticas na novelística angolana. In: *Luandino – José Luandino Vieira e sua obra (estudos, testemunhos, entrevistas)*. Coleção Signos 32. Lisboa: Edições 70, 1980.

MATOS, Norton de. À nação. Disponível em www.arqnet.pt/portal/discursos/julho05.html. Acesso em 29 jun. 2009.

NOA, Francisco. *Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária*. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

RIBEIRO, Margarida Calafate. A construção da imagem do império africano na Literatura. In: *Uma história de regressos: Império, guerra colonial e pós-colonialismo*. Porto: Afrontamento, 2004.